



Número: **0800278-52.2020.8.15.0881**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de São Bento**

Última distribuição : **17/02/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA (AUTOR)		MATHEUS DINIZ DANTAS (ADVOGADO) RAMON HENRIQUE BERNADINO ARAUJO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
28355717	17/02/2020 16:18	Petição Inicial	Petição Inicial
28355732	17/02/2020 16:18	Petição DPVAT	Outros Documentos
28355734	17/02/2020 16:18	Procuração. contrato.declaração	Procuração
28355737	17/02/2020 16:18	Documentos de identificação	Documento de Identificação
28355738	17/02/2020 16:18	Cartão Bolsa família	Documento de Comprovação
28355740	17/02/2020 16:18	Certidão de Nascimento Grazielle	Documento de Identificação
28355742	17/02/2020 16:18	Comprovantes de Residência	Documento de Comprovação
28355745	17/02/2020 16:18	CTPS GILVAN	Documento de Identificação
28355746	17/02/2020 16:18	doc de Gilvan	Documento de Identificação
28356049	17/02/2020 16:18	Registro.obito e comunicação	Documento de Comprovação
28357147	17/02/2020 16:18	GUIA DE CUSTAS	Outros Documentos
28357451	17/02/2020 16:18	GuiaCustas (8)	Guias de Recolhimento/ Depósito/ Custas
28470808	20/02/2020 21:52	Despacho	Despacho
29641081	02/04/2020 22:49	Outros Documentos	Outros Documentos
29641088	02/04/2020 22:49	Emenda inicial	Outros Documentos
29656856	03/04/2020 12:58	Certidão	Certidão
30465714	11/05/2020 21:42	Despacho	Despacho
30746459	18/05/2020 13:29	Negativa da seguradora	Outros Documentos
30746466	18/05/2020 13:29	Petição de juntada	Outros Documentos

30746 467	18/05/2020 13:29	Negativa da seguradora	Documento de Comprovação
30746 482	18/05/2020 13:34	Negativa da seguradora	Outros Documentos
30746 483	18/05/2020 13:34	Petição de juntada.	Outros Documentos
30746 487	18/05/2020 13:34	Negativa da seguradora	Documento de Comprovação
33768 950	31/08/2020 12:27	Sentença	Sentença
35976 921	27/10/2020 16:13	Apelação	Apelação
35976 941	27/10/2020 16:13	APELAÇÃO - DPVAT	Apelação

Segue em anexo petição e documentos



AO JUÍZO DA COMARCA DE SÃO BENTO, ESTADO DA PARAÍBA.

GRAZIELLE PEREIRA MARQUES, portadora da cédula de identidade RG. 4346274 nascida no dia 21 de maio de 2005, inscrita no CPF 133.300.764.274 e **GABRIEL PEREIRA MARQUES**, portador da cédula de identidade RG: 4346277, nascido no dia 12/01/2009, inscrito no CPF 133.300.934-80, ambos menores de idade, absolutamente incapazes, vem representados através de sua genitora **LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA**, brasileira, viúva, doméstica, portadora da cédula de identidade RG n. 2.366.760 SSDS/PB e CPF n. 071.502.274-14, residente e domiciliada na Rua Francisca Cavalcante, loteamento portal, CEP 5885000, São Bento - PB, vem através de seu Advogado, legalmente habilitado, com endereço profissional na Rua Floriano Peixoto, 235, Centro, CEP 58700-235, Patos-PB, que esta subscreve, vem a honrada presença de Vossa Excelência, propor **Ação de Indenização de Seguro Obrigatório (DPVAT)** amparado na Lei n. 11.482/07, em face da **Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.**, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob n. 09.248.608/0001-04, localizada na Rua Senador Dantas, n. 74, 5º andar, Centro, CEP 20031-205, Rio de Janeiro-RJ, pelos fatos e fundamentos jurídicos a seguir delineados.

I. DOS BENEFÍCIOS DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

INICIALMENTE postula o requerente os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal, e artigo 98 e ss. do Código de Processo Civil, em virtude de ser pessoa pobre na acepção jurídica da palavra e sem condições de arcar com os encargos decorrentes do processo, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família.



II- DOS FATOS

A requerente vivia em união estável com a vítima GILVAN SILVA MARQUES, CPF 071.502.274-14, que faleceu no dia 26 de dezembro de 2016, às 22:00 horas, na via pública MA 227M PARQUE SÃO FELIX, EM IMPERATRIZ-MA, em decorrência de acidente automobilístico, não resistindo e vindo a óbito, conforme a certidão em anexo. O acidente aconteceu na constância da união estável com a autora da ação, inclusive tendo dois filhos com a mesma, , RG. 4346274 nascida no dia 21 de maio de 2005, inscrita no CPF 133.300.764.274 GRAZIELLE PEREIRA MARQUES, e GABRIEL PEREIRA MARQUES , RG: 4346277, nascido no dia 12/01/2009, inscrito no CPF 133.300.934-80, como mostra os registros de nascimento anexados. Em nome dos filhos foi negada a indenização na esfera administrativa. A vítima trabalhava fazendo viagens, sendo vítima fatal do ocorrido.

Salienta-se que o direito da autora, consiste no recebimento da indenização coberta pelo seguro obrigatório de DPVAT, sendo lhe devido o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que resta comprovado na documentação acostada aos autos o nexo causal entre o acidente e a morte.

Denota-se legítima o dever da ré em efetuar o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, ora pleiteada, visto que a mesma pertence ao rol de seguradoras que compõem atualmente o consórcio referente ao convênio DPVAT.

Neste sentido Excelência, em decorrência do acidente sofrido pelo Sr. GILVAN SILVA MARQUES, culminando com o óbito, a requerente que era companheira do falecido, busca a tutela jurisdicional do Estado para valer o seu direito. Vale salientar que a mulher que alegou ser sua esposa no boletim de ocorrência, por nome LILIA DE SOUSA SILVA, é inverídica. Não tendo como provar, pois não tem documentos, e foi apenas um relacionamento de pouco tempo, um namoro que a vítima tinha em IMPETRATIZ-MA. O que inclusive foi óbice para os filhos de GILVAN SILVA MARQUES receber a indenização na esfera administrativa. O DPVAT foi negado na esfera administrativa, no nome da filha do falecido, GRAZIELLE PEREIRA MARQUES (conforme mostra-se em anexo), a seguradora alegou falta de documentação, sendo que tudo foi enviado. O número do sinistro é 3180229742. Os filhos fazem jus ao benefício, fundamentados nos argumentos jurídicos a seguir.



III- DO DIREITO

O seguro obrigatório DPVAT é uma garantia às vítimas de acidente de trânsito ou os seus beneficiários legais. Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil, sendo esta uma condição para que os veículos possam trafegar. As indenizações do seguro DPVAT estão atreladas aos valores estabelecidos pelo art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou o art. 3º, da Lei n. 6.194/74:

- I) R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de morte;**
- II) Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) – no caso de invalidez permanente;**
- III) Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) – como reembolso à vítima – no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.**

No caso em tela houve a morte da vítima, conforme a certidão de óbito, sendo vítima fatal. Sobre a culpa no acidente, a lei dispõe:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Ainda se referindo a Lei n. 8.441/92, o seu art. 7º determina que o pagamento do DPVAT possa ser efetuado junto a qualquer uma das seguradoras que façam parte do consórcio das seguradoras, coordenadas pela FENASEG.

A violação ao direito do requerente, no caso em tela, é evidente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo luz do art. 186, do Código Civil pátrio. O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois a principal consequência da prática de um ato ilícito é a



obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal, que se resolve em perdas e danos.

III.I DA NÃO APLICAÇÃO DA PRESCRIÇÃO CONTRA OS BENEFICIÁRIOS

O art. 3º do Código Civil estabelece o seguinte:

Art. 3º São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil:

I - os menores de dezesesseis anos;

Ver-se que não se pode aplicar a prescrição no presente caso, mesmo fazendo mais de 3 (três) anos da data do óbito, não corre contra os menores de 16 (dezesesseis) anos, os dois filhos do falecido.

Portanto, é plenamente viável a concessão da indenização para os menores, que estão precisando do

Assim, não restam dúvidas que a norma legal em comento foi lesionada, impondo-se a reparação. Desta forma, é importante ainda salientarmos que os fatos declinados na exordial versam apenas, sobre matéria de direito, impondo-se assim, o julgamento antecipado da lide.

IV- DOS PEDIDOS

Ante tais considerações, requer a Vossa Excelência em conceder o seguinte:

- A) A citação por meio dos Correios e Telégrafos, mediante AR, do representante legal da promovida no endereço especificado no preâmbulo da inicial, para se quiser apresentar defesa.
- B) A procedência do presente pedido em todos os seus termos, a fim de condenar a requerida ao pagamento do valor máximo pela morte do companheiro, R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), medido conforme a extensão do dano e referente à indenização prevista na lei do seguro obrigatório, corrigido e atualizado monetariamente, acrescido



ainda de juros e demais cominações legais, por ser uma medida da mais clara, cristalina e lúdima justiça.

- C) Os benefícios da Justiça Gratuita, pois se declara a autora pobre no sentido jurídico do termo, conforme declaração em anexo, pois a mesma trabalha em casa, com poucas redes, e recebe benefícios assistenciais, conforme em anexo.
- D) Condenação nas custas, taxas, bem como honorários advocatícios de sucumbência em valor a ser arbitrado por Vossa Excelência sobre a condenação, correção monetária a partir do sinistro.

Protesta provar o ora alegado por todos os meios de prova em direito admissíveis, especialmente pelas provas documentais, em anexo.

Dá-se a presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos meramente legais.

Termos em que, aguarda e pede deferimento.

São Bento, 17 de fevereiro de 2020.

MATHEUS DINIZ DANTAS
Advogado – OAB/PB n. 26.847

RAMON HENRIQUE BERNARDINO DE ARAÚJO
Advogado – OAB/PB n. 26.859



DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, Leucineide Pereira da Silva,
nacionalidade brasileira, estado civil solteira,
portador(a) do RG nº 2.366.760 SSP/ PV e do CPF sob o nº
071.502-274-14 residente e domiciliado na Rua
Francisco Cordeiro, Bairro
Restamento Portet, nº 75, CEP nº
58865-000, no Município de
São Bento - PB, DECLARO, para todos os fins de

direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, da **Gratuidade da Justiça**, nos termos do artigo 98 e seguintes da Lei 13.105/15 (Novo Código de Processo Civil). Requeiro, ainda, que o benefício abranja a todos os atos do processo.

Local e data: São Bento - PB, 26 de Agosto de 2019.

Leucineide Pereira da Silva
Requerente



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: Aguineide Pereira da Silva
nacionalidade brasileira, estado civil viúva, portador(a) do RG
nº 2.366.760 SSP/RN e do CPF sob o nº 021.502.274-14, residente
e domiciliado na Rua Engenheiro Carlos Leite, Bairro
Restoamento Total, nº 75, CEP nº 58865-000,
no Município de São Bento-PB.

OUTORGADOS: RAMON HENRIQUE BERNADINO ARAÚJO, brasileiro, solteiro,
Advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 26.859, e MATHEUS DINIZ DANTAS,
brasileiro, casado, Advogado, inscrito na OAB/PB sob o nº 26.847, todos com
escritório profissional à Rua Floriano Peixoto, nº 235, CEP 58700-235 na cidade de
Patos – PB, onde recebem as intimações de estilo.

P O D E R E S: Por este instrumento particular de procuração, nomeia e constitui
com a cláusula '**AD JUDICIA ET EXTRA**', seu(s) bastante procurador(es) e
advogado(s), o(s) bacharel(éis) acima qualificado(s), para o foro em geral, em
qualquer instância e na via administrativa, especialmente para representar(em) e
defender(em) os direitos do Outorgante no(s) processo(s), ação(ões) e incidente(s)
em que seja autor, réu, oponente, assistente, litisconsorte, indiciado ou de qualquer
maneira interessado, podendo, para tanto, usar todos os recursos necessários,
inclusive confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e
dar quitação, renunciar, prestar declaração de pobreza na forma da Lei nº 1.060/50,
representar em audiências, enfim, praticar todos os atos legais visando o bom
desempenho do presente mandato, e, afinal, substabelecer, no todo ou em parte,
dando tudo por bom, firme e valioso.

São Bento-PB, 26 de Agosto de 2018.

Local e data.

Aguineide Pereira da Silva
Outorgante



CONTRATO DE ASSESSORIA JURÍDICA E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

CONTRATANTE: Lucinete Pereira da Silva
_____, nacionalidade brasileira, estado civil solteira,
portador(a) do RG nº 2.366.760 SSP/ RN e do CPF sob o nº
071.502-27414, residente e domiciliado na Rua Florianópolis
Bairro Assentamento Pato nº 175, CEP
nº 58865-000, no município de São Bento.

CONTRATADOS: **RAMON HENRIQUE BERNADINO ARAUJO**, brasileiro, solteiro. Advogado devidamente inscrito na OAB/PB sob o nº 26.859, com o CPF nº 063.289.694-90 e; **MATHEUS DINIZ DANTAS**, brasileiro, casado, Advogado devidamente inscrito na OAB/PB sob o nº 26.847, com o CPF nº 016.677.434-06, ambos com endereço profissional na Rua Floriano Peixoto, nº 235, CEP 58700-235 no Município de Patos/PB.

TERMOS DO CONTRATO:

- 1ª - Representar o contratante perante o Poder Judiciário do Estado da Paraíba, e interpor as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis para pleitear verbas indenizatórias, bem como direitos afins;
- 2ª - Em contraprestação dos serviços realizados o(a) contratante se compromete a remunerar os serviços do contrato constituído, com o valor de 30% do que for devido no decorrer da, independente de sucumbência e das despesas judiciais e administrativas necessárias, sem prejuízo dos mesmos nos casos de desistência e de acordo judicial.
- 3ª - Declara estar em pleno acordo com as cláusulas acima, e normas legais cabíveis na espécie.
- 4ª - Fica eleito o foro da Comarca de Patos, Paraíba, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

Local e data: São Bento-PB, 26 de Agosto de 2019.

Lucinete Pereira da Silva
CONTRATANTE

Dr. Ramon Henrique B. Araújo
OAB/PB nº 26.859

Dr. Matheus Diniz Dantas
OAB/PB nº 26.847

CONTRATADOS

Rua Floriano Peixoto, nº 235, CEP 58700-235, Patos/PB
(83) 99884-3700, (83) 99604-2726





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 2.366.760 DATA DE EXPEDIÇÃO 03.05.02.

NOME
Lucineide Pereira da Silva
Francisco Bernardo da Silva
FILIÇÃO
Maria Pereira da Silva

São Bento - PB 15.06.1986. DATA DE NASCIMENTO

NATURALIDADE

C/Nasc. nº 14.408 fls. 118 liv. nº
DOC. ORIGEM
A-6 do Cart. de Serra Negra do Nor-
te - RN.

CPF

Ana Dúrcia da Conceição Bezerra
LEI Nº 7.167 DE 1983

Subcoordenadora do ITEP - Calad/RN



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAÍBA

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

P-1114



Grazielli Pereira Martins

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	4.346.274	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/08/2015
NOME	GRAZIELLE PEREIRA MARQUES		
FILIAÇÃO	GILVAN SILVA MARQUES LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA		
NATURALIDADE	CAICO-RN		
DOC. ORIGEM	NASC.N.14778 FLS.115 LIV.A 9 CARTORIO SERRA N DO NORTE-RN		
CPF	133.300.764-79		
			
			DATA DE NASCIMENTO
			21/05/2005

Assinado eletronicamente por: RAMON HENRIQUE BERNADINO ARAUJO - 17/02/2020 16:09:39
http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021716093886600000027344170
Número do documento: 20021716093886600000027344170





VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL	4.346.277	DATA DE EXPEDIÇÃO	24/08/2015
NOME	GABRIEL PEREIRA MARQUES		
FILIAÇÃO GILVAN SILVA MARQUES LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA			
NATURALIDADE	SÃO BENTO-PB		
DOC ORIGEM	NASC.N.22067 FLS.17V LIV.A 20 CARTORIO SÃO BENTO-PB		
CPF	133.300.934-80		
João Pessoa - PB			
Assinado eletronicamente por: RAMON HENRIQUE BERNADINO ARAUJO - 17/02/2020 16:09:39 http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20021716093886600000027344170 Número do documento: 20021716093886600000027344170			



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número

133.300.934-80

Nome

GABRIEL PEREIRA MARQUES

Nascimento

12/01/2009

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



MINISTÉRIO DA FAZENDA



Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas



COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
133.300.764-70

Nome
GRAZIELLE PEREIRA MARQUES

Nascimento
21/05/2005

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
COMARCA DE SERRA NEGRA DO NORTE
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
CPI: 08.221.087/0001-39
Rua Senador Jodanardo, 88 - Telefone: 84 - 426-2254
e-mail: jodanardo.junior@bol.com.br

CERTIDÃO DE NASCIMENTO

Certifico que às fls. 15, sob o n° 14778, do livro n° A-9 de assentamentos de nascimentos, está registrado o de

GRAZIELLE PEREIRA MARQUES,

do sexo feminino, ocorrido no Hospital do Seridó na Praça Dr. José Medeiros, 1167, Caicó-RN, no dia vinte e um de maio de dois mil e cinco, às 23:45 horas.

A registranda é filha

de GILVAN SILVA MARQUES
natural de Serra Negra do Norte - RN
e de LUCINDE PEREIRA DA SILVA
natural de São Bento - PB

sendo avós

paternos José Francisco Marques
e Izabel Helena da Silva
e maternos Francisco Bernardo da Silva
e Maria Pereira da Silva

OBSERVAÇÕES: Registro feito no dia 23 de maio de 2005.

O referido é verdade e dou fé.

Serra Negra do Norte, 23 de maio de 2005

Serviço Notarial
REGISTRAL
CPF 08.221.087/0001-39
João Vieira Júnior
Titular
CPF 236.654.134-15
TEL: (84) 426-2254
Tabela nº Oficial Registrador
59.310-000 - Serra Negra do Norte - RN



TALÃO N.º _____

PÁGINA _____

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL — SÃO BENTO-PB.

Maria Gloriete Soares Santos
Oficial de Registro Civil



REGISTRO CIVIL

NASCIMENTO N.º 22.067

Certifico que às folhas 17V. do livro Nº A - 20, do Registro
de Nascimento foi feito hoje o, assento de GABRIEL PEREIRA MARQUES -
x x x x x
nascido aos DOZE (12) de JANEIRO de mil novecentos e
DOIS MIL e NOVE (2009) às 17:00 horas e 00:45 minutos
em SÃO BENTO - PB

Sexo masculino

filho de GILVAN SILVA MARQUES
e de dona LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA

São avós paternos José Francisco Marques
e Dona Izabel Helena da Silva
e avós maternos Francisco Bernardo da Silva
e Dona Maria Pereira da Silva

Foi declarante O genitor -

e serviram de testemunhas Ingrácia Maria de Lima Ferreira e
Evanildo Nunes da Rosa -

Observações: Feito nos termos da Lei 6015/73-

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL

SÃO BENTO - PB

COMARCA DE SÃO BENTO - PB

O referido é verdade e dou fé

São Bento - PB, 07 de abril de 19

Maria Gloriete Soares Santos
Oficial do Registro Civil
São Bento - PB

Maria Gloriete Soares Santos
OFICIAL





CAGEPA

COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 09.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA
INFORME ESTE NÚMERO

MATRÍCULA

68233779

REFERÊNCIA

JUN/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA
RUA FRANCISCO CAVALCANTE, NUM., 75 - LOT PORTAL
SAO BENTO SAO BENTO PB 58865-000

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
115.003.500.0152.000	000	1	0	0	0	
Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto	POTENCIAL	
Y13N702396	28/01/2014	EXT LACR	LIGADO			
ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM. DE DIAS	PROXIMA LEITURA		
1028	1047	19	28	114/07/2019		
HIST. CONS./ANOR.	LEIT.	QUALID.	ÁGUA-ANEXO 20	PORT. 05/2017	MS.	
MAI/2019	23		PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORMES
ABR/2019	19		TURBIDEZ	0	0	0
MAR/2019	19		CLORO	0	0	0
FEV/2019	21		COL. TERMOT	0	0	0
JAN/2019	20		COR	0	0	0
DEZ/2018	19		COL. TOTAIS	0	0	0
MEDIA(M)	20					

DADOS REFERENTES A: ABR/2019

DATA DA IMPRESSÃO: 17/06/2019

HORA DA IMPRESSÃO: 09:15:55

DESCRICAÇÃO

CONSUMO TOTAL(R\$)

ÁGUA

RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)

ATE 10 M3 - 37,91 POR UNIDADE

11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,89 POR M3

10 M3

37,91

ESGOTO

ACRESCIMO(S) MES(ES) ANT. 03/2019

JUROS DE MORA 03/2019

1,63

0,90

293,11

7 AGO. 2019

PAGO

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 7,58 PIS E CONFINS. LET 12.741/12

VENCIMENTO:

03/07/2019

Total a Pagar:

R\$ 84,45



LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA
RUA FRANCISCO CAVALCANTE, S/N - CS - LOT PORTAL
SAO BENTO / PB - CEP: 58866000 (AG: 237)

Ligação: MONOFÁSICO
Clas/Soc: RES MTC B1 / RESIDENCIAL - RESIDENCIAL
Roteiro: 13 - 237 - 145 - 6700 Referência: Jul / 2019
Medidor: 00001102493 Emissão: 22/07/2019

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 58071-680
CNPJ: 09.095.198/0001-40 Ins. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº008.413.247
Cód. para Dib. Automático: 00011663923

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI
Jul / 2019 22/07/2019 21/08/2019 071.502.274-14

UC (Unidade Consumidora): 5/1166352-3

Canal de contato

Junte-se ao MOVIMENTO VACINA BRASIL. Saiba mais em
saude.gov.br/vacinabrasil

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 19/03/19	Leitura 22162	Data 22/07/19	Leitura 22384	
			1	212
				33

Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Ant.	Valor Base Calc. Atual	Valor Base Calc. Ant. (R\$)	Valor Base Calc. Atual (R\$)	Consumo (R\$)
0801 Consumo em kWh	212,000	0,854400	181,13	181,13	27	48,80	181,13
0801 Adic. B. Amarela			3,18	3,18	0,00	0,00	3,18
0807 CONTRIBUIÇÃO PÚBLICA			20,44	20,44	0,00	0,00	20,44
0804 JUROS DE MORA 08/2019			0,55	0,00	0,00	0,00	0,00
0805 MULTA 06/2019			0,55	0,00	0,00	0,00	0,00
0805 ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 06/2019			0,55	0,00	0,00	0,00	0,00

PAGO

CC: Código de Classificação do Item TOTAL: 208,66 184,31 48,76 164,21 1,99 9,20
Tarifa e Tributos: 0,571770

Média últimos meses (kWh): 232
VENCIMENTO 29/07/2019
TOTAL A PAGAR R\$ 208,66

Histórico de Consumo (kWh)
240 204 201 233 244 234 283 243 234 289 237 188
Jul/18 Ago/18 Set/18 Out/18 Nov/18 Dez/18 Jan/19 Fev/18 Mar/18 Abr/18 Mai/18 Jun/19

RESERVADO AO FISCO
d91c.1d50.1e84.2e6f.72a1.b448.c800.bb35

Indicadores de Qualidade 5/2019 - São Bento			
Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	5,87	0,00	
DIC TRIMESTRAL	11,34		
DIC ANUAL	22,68		
FIC MENSAL	3,36	0,00	
FIC TRIMESTRAL	8,72		
FIC ANUAL	13,45		
DMIC	8,29	0,00	
DICRI	12,22		

Composição do Consumo		
Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energia/PE	42,84	20,44
Compra de Energia	64,00	30,67
Serviço de Transmissão	8,64	4,15
Encargos Setoriais	10,00	4,83
Impostos Diretos e Encargos	26,33	12,63
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	208,66	100,00

Valor do EUSD (Ref. 5/2019) R\$ 71,65

ATENÇÃO

Faturas em atraso



Mostre ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser apreciada, para evitar maiores desgraças.

Todo o acidente tem uma causa que é preciso ser pesquisada, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o socorro médico adequado. Não deixe que "entendidos" e "curiosos" concorram para o agravamento de sua lesão.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o socorro médico imediato, se você for vítima de um acidente, amanhã será tarde demais.

As máquinas não respeitam ninguém; mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Conheça sempre as regras de segurança da seção onde você trabalha.

Conversa e discussão no trabalho predispõem a acidentes pela desatenção.

Leia e reflita sempre os ensinamentos contidos nos cartazes e avisos sobre prevenção de acidentes.

Os anéis, pulseiras, gravatas e mangas compridas não fazem parte do seu uniforme de trabalho.

Mantenha sempre as guardas protetoras das máquinas nos devidos lugares.

Pare a máquina quando tiver que consertá-la ou lubrificá-la.

Habitue-se a trabalhar protegido contra os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Conheça o manejo dos extintores e demais dispositivos de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ter necessidade de usá-los algum dia.

MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL



Número 40443 Série 00022PB

Assinatura do portador

QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome Gilvan Silva Marques
 Loc. Nasc. S. N. do Norte Est. RN Data 06/08/77
 Filiação Jose Francisco Marques e Isabel
Helena da Silva
 Doc. nº RG. 2437142 SSP PB.

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em Doc. Ident. nº
 Exp. em Estado
 Obs.
 Data Emissão 11/08/97 DRT Prov. Mun. São Bento PB

Azerios Alves de Oliveira
 Assinatura do Funcionário
 Azerios Alves de Oliveira

2M.556A 1103

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE
 (Com relação nome, est. civil e data nasc.)

Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Nome
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Est. Civil
 Doc.
 Nascimento
 Doc.
 Doc.

12

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **10124474/0005-63**CGC/MF **PINCOL - Premoldados Indústria e Comércio Ltda.**Rua **Estrada de Acesso ao Catre, s/n - Dist. Industrial**Município **CEP 59.160-000** Est. **Pernambuco - RN**Esp. do estabelecimento **Servente**Cargo **Servente**CBO nº **17.04**Data admissão **17. abril** de **2001**Registro nº **180.00** Fls./Ficha **01**Remuneração especificada **R\$ 180,00 (cento e****oitenta reais) por mês.****PINCOL - Premoldados Ind. Com. Ltda**Ass. do empregador ou a rogo c/test. **Magda Monteiro Filho**1º **25** de **JULHO** de **2001****PINCOL - Premoldados Ind. Com. Ltda**Ass. do empregador ou a rogo c/test. **Magda Monteiro Filho**1º **25** de **JULHO** de **2001**Com. Dispensa CD Nº **2001**

13

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador **Isabel Derlange Soares**

Vieira

CGC/MF **07.119.245/0001-98**Rua **Rua Sandoval Ferraz** Nº **373**Município **São Bento** Est. **PB**Esp. do estabelecimento **Comercial**Cargo **Motociclista**CBO nº **7823-10**Data admissão **10.01.01** de **2001**Registro nº **10015** Fls./Ficha **07**Remuneração especificada **R\$ 415,00 (quatro-****centos e quinze reais) por****mês****X**

Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º **25** de **JULHO** de **2001****PINCOL - Premoldados Ind. Com. Ltda**Ass. do empregador ou a rogo c/test. **Magda Monteiro Filho**1º **25** de **JULHO** de **2001**Com. Dispensa CD Nº **2001**

[illegible]

SINDICAL

Ano	Assinatura do Empregador
2009	x Israel Derbauge S. Viera
2010	x Israel Derbauge S. Viera
2011	x Israel Derbauge S. Viera
2012	x Israel Derbauge S. Viera
2013	x Cícero Leite da Silva
2016	x João Alvaro Gomes do Souto



16

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador Cicero Leite da Silva ME

CGC/MF 10.866.528/0001-00

Rua Estreza Duvidal dos Santos Nº 208

Município São Bento Est. PB

Esp. do estabelecimento Restaurador de Sinais

Cargo Motorista

CBO nº 782510

Data admissão 01 de Fevereiro de 2013

Registro nº Fls./Ficha.....

Remuneração especificada R\$ 1.140,00 (Um mil cento e quarenta reais)

Cicero Leite da Silva
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

CPF: 054.722.894-59

1º 2º

Data saída 23 de outubro de 2013

Cicero Leite da Silva
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº.....

17

CONTRATO DE TRABALHO

CENTRAL DO CIMENTO LTDA ME

CNPJ: 11.067.498/0001-26

Endereço: BR 230 , 0 KM 336,228 LOT JD

Bairro: SALGADINHO CEP:58700970

Município: PATOS UF:PB

Esp. Estab: (Comércio atacadista de materiais de construção em geral)

CARGO: MOTORISTA CARRETEIRO

CBO: 782510 ADMISSÃO: 02/06/2014

FICHA REGISTRO Nº: 00005

REMUNERAÇÃO ESPECÍFICA: R\$ 1.430,00
(UM MIL QUATROCENTOS E TRINTA REAIS)

[Assinatura]
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

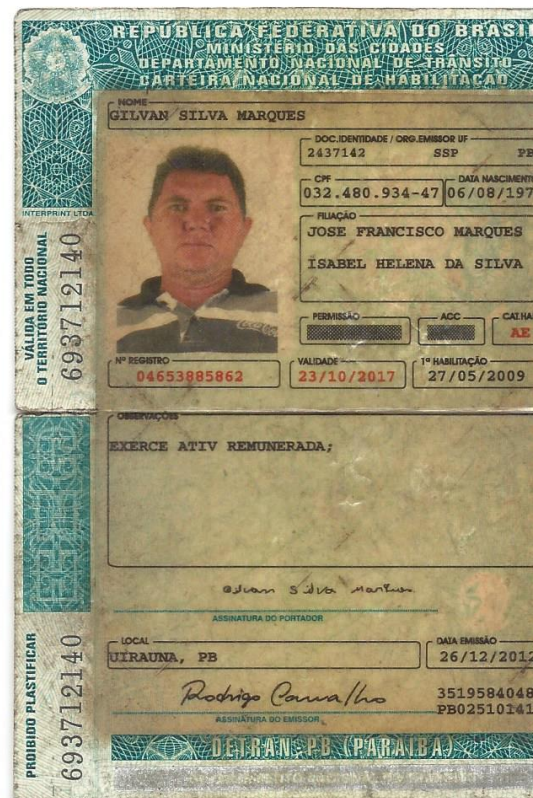
Data saída 14 de Agosto de 2013

[Assinatura]
Ass. do empregador ou a rogo c/test.

1º 2º

Com. Dispensa CD Nº.....





VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

24 37142 DATA DE EXPEDIÇÃO 10 JUN. 1997

NOME GILVAN SILVA MARQUES
José Francisco Marques

FILIAÇÃO Isabel Helena da Silva

Serra Negra do Norte RN 06.08.1977

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

DOC. ORIGEM Cert. Nasc. 10.861.fls.282v.liv.-5

Cart. Serra Negra do Norte RN

CPF

João Pessoa - PB

ALEXANDRE MAGNO C. DE APVALAR
ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Gilvan Silva Marques

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA JUSTIÇA ELEITORAL





REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CERTIDÃO DE ÓBITO

NOME:

GILVAN SILVA MARQUES

MATRÍCULA:

029827 01 55 2017 4 00048 087 0021973 53

SEXO	COR	ESTADO CIVIL E IDADE	
masculino	Parda	solteiro e 39 anos de idade	
NATURALIDADE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO		ELEITOR
SERRA NEGRA DO NORTE-RN	04653885862 - DETRAN PB		SIM
FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA			
Filho de JOSÉ FRANCISCO MARQUES e ISABEL HELENA DA SILVA. Residência: RUA CÍCERO DIAS, 62 CENTRO - SÃO BENTO/PB			
DATA E HORA DE FALECIMENTO		DIA	MÊS ANO
Vinte e seis de dezembro de dois mil e dezesseis. Hora: 22:00		26	12 2016
LOCAL DE FALECIMENTO			
VIA PÚBLICA, MA 227, PARQUE SÃO FELIX em(na) Imperatriz/MA			
CAUSA DA MORTE			
a) Traumatismo Raquimedular. b) Acidente de Trânsito			
SEPULTAMENTO/CREMAÇÃO (MUNICÍPIO E CEMITÉRIO, SE CONHECIDO)		DECLARANTE	
CEMITÉRIO CAMPO DA PAZ DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO - PB		EDILBERTO CAVALCANTE DINIZ	
NOME E NÚMERO DE DOCUMENTO DO MÉDICO QUE ATESTOU O ÓBITO			
pelo(a) doutor(a) JORGE FERNANDO CHAVES RODRIGUES, CRM nº 4603			
OBSERVAÇÕES			
Profissão: motorista. O falecido era eleitor, não deixou bens a inventariar e não deixou testamento conhecido. O falecido deixou 2 filhos menores de idade. SELO DE FISCALIZAÇÃO Nº 4750841.			

Emolumentos Isentos.

NOME DO OFÍCIO: 2º OFÍCIO EXTRAJUDICIAL DE IMPERATRIZ/MA

OFICIAL REGISTRADOR: MARIA MADALENA ALMEIDA

MUNICÍPIO/COMARCA/UF: Imperatriz/MA

ENDEREÇO: Rua Coronel Manoel Bandeira, nº 1653, Centro CEP: 65.900-0102, Email: oficio2.imp@gmail.com, Fone: (99) 3524-0122

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dot. Fê Imperatriz, 11 de janeiro de 2017

ROBSON ALMEIDA CORDEIRO
Tabelião Substituto



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

20
Cartório Judicial
Paulina Araújo da Sousa
Serventuária
CPF 034.280.914-4
Serra Negra do Norte
Rio Grande do Norte

Num. 28356049 - Pág. 2



ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLICIA DE ACIDENTES DE TRANSITO DE IMPERATRIZ - DAT
IMPERATRIZ
Endereço: SOUSA LIMA, 167 - Centro , Fone: (99)3525-1545.

OCORRÊNCIA Nº: 2315/2016 - Registrado em 27 de Dezembro de 2016 às 14:33h

FATO COMUNICADO

Data/Hora do Fato: 26/12/2016 às 20:40hs, Segunda-Feira

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA FATAL PROVOCADO PELA PROPRIA VITIMA

LOCAL

Município:	IMPERATRIZ	Estado:	MA
Logradouro:	ESTRADA DO ARROZ	Nº: 00	CEP:
Bairro:	OLHO D AGUA DOS MARTINS	Tip de Local:	RODOVIA, ESTRADA
Referência:	Povoado Sao Felix		

ENVOLVIMENTO: AUTOR/VÍTIMA FATAL

GILVAN SILVA MARQUES (39), do sexo masculino, Brasileira, Casado, exercendo a profissão de Caminhoneiro, RG Nº: 2437142/SSPRN, CPF: 032.480.934-47, nascido em 06/08/1977, natural de SERRA NEGRA DO NORTE - RN, PAI: JOSE FRANCISCO MARQUES e MÃE: ISABEL HELENA DA SILVA, Endereço: RUA FRANCISCO CAVALCANTE S/ N, - - SAO BENTO - PB, Telefone(s): (83)9868-6666.

ENVOLVIMENTO: COMUNICANTE

LILIA DE SOUSA SILVA (34), do sexo feminino, Brasileira, Casado, exercendo a profissão de DO LAR, RG Nº: 257136920031/SSPMA, nascida em 08/03/1982, natural de IMPERATRIZ - MA, PAI: VALDEMIR BARBOSA DA SILVA e MÃE: ANA CLEIDE BARBOSA DE SOUSA, Endereço: proximo a ass. de cabos e soldados - RUA HONG KONG - Bairro: Vilinha - IMPERATRIZ - MA, Telefone(s): (09)8173-1643.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA

A COMUNICANTE RELATA QUE É ESPOSA DO SR. GILVAN, VITIMA FATAL DO ACIDENTE; QUE ONTEM POR VOLTA DAS 20:30 SEU MARIDO MANDOU UMA MENSAGEM DIZENDO QUE ESTAVA VINDO DE CIDELANDIA PARA IMPERATRIZ TRAZENDO UMA CARGA DE MADEIRA E QUE O CAMINHAO ESTAVA COM PROBLEMAS, FALHANDO SEMPRE, COM A BARRA DA DIREÇÃO QUEBRADA E O "PERCULHO" ROMPIDO; QUE POR VOLTA DAS 20:50 AO FAZER UMA CURVA O CAMINHAO TOMBOU E A MADEIRA CAIU POR CIMA DA CABINE DO VEICULO; QUE NO LOCAL NAO EXISTEM MARCAS DE FRENAGEM.

JOSE RODRIGUES DA SILVA NETO
DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL

MARKUS HANDERSON LOPES RODRIGUES
ATENDENTE


LILIA DE SOUSA SILVA
COMUNICANTE



Segue em anexo a guia de custas



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 088.1.20.00162/01
			Data de emissão: 17/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 088.2020.600162 Tipo da Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 Promovente: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.234,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 340509283180 520200229083 812000162014 			Valor final: R\$ 1.234,05

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 088.1.20.00162/01
			Data de emissão: 17/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 088.2020.600162 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Promovente: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Detalhamento:			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.234,05
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.234,05

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 088.1.20.00162/01
			Data de emissão: 17/02/2020
Nº do Processo:	Comarca: Sao Bento	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de vencimento: 29/02/2020
Número da guia: 088.2020.600162 Tipo de Guia: Custas Prévias			UFR vigente: R\$ 51,51
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.030,20 Promovente: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A. - Taxa bancária: R\$ 1,35			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.234,05
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 340509283180 520200229083 812000162014 			Valor final: R\$ 1.234,05





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 088.2020.600162

Data Vencimento: 29/02/2020

Data Emissão: 17/02/2020

Comarca: Sao Bento

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA

Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios DPVAT S.A.

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.030,20

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.232,70

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO**

*Fórum Gov. João Agripino Filho
Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento - PB.
CEP 58.865-000 Tel.: (0**)83 3444-1225*

[SEGURO]

PROCESSO Nº 0800278-52.2020.8.15.0881

AUTOR: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Inicialmente, determino a emenda à inicial, para o fim de incluir no polo ativo os menores, filhos do falecido e exclusão da genitora dos mesmos.

Ademais, à vista da informação constante da inicial, de que o falecido tinha um outro relacionamento, informação esta constante do doc. id. 28356049, intime-se a autora para informar se pretende incluir a mesma no polo passivo da demanda, ou mesmo no polo ativo.

Prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

São Bento - PB, na data da assinatura eletrônica.

JOSÉ NORMANDO FERNANDES

Juiz de Direito em substituição

Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, da Lei 11.419/2006.



Em anexo.



AO JUÍZO DA COMARCA DE SÃO BENTO – ESTADO DA PARAÍBA

PROCESSO Nº 0800278-52.2020.8.15.0881

Venho respeitosamente a Vossa Excelência, em atenção ao respectivo despacho 28470808, emendar a inicial para incluir no polo ativo da respectiva demanda os dois filhos do falecido, **GRAZIELLE PEREIRA MARQUES**, portadora da cédula de identidade RG. 4346274, nascida no dia 21 de maio de 2005, inscrita no CPF 133.300.764.274 e **GABRIEL PEREIRA MARQUES**, portador da cédula de identidade RG: 4346277, nascido no dia 12/01/2009, inscrito no CPF 133.300.934-80, fazendo constar os dois no polo ativo da demanda, e a exclusão da genitora do polo ativo.

Acerca do doc. id. 28356049, a autora informa que não há interesse em incluir a referida pessoa como polo ativo ou passivo da demanda, visto que não se faz necessário.

Termos em que,

Pede e aguarda deferimento.

São Bento-PB, 01 de abril de 2020.

MATHEUS DINIZ DANTAS

OAB/PB 26.847







TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DE SÃO BENTO
Fórum Gov. João Agripino Filho

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[SEGURO]

Processo nº 0800278-52.2020.8.15.0881

AUTOR: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico, para os devidos fins, que em cumprimento à determinação judicial de 28470808, faço os autos conclusos ao MM. Juiz, para apreciar a petição ID 29641088. O referido é verdade. Dou fé.

São Bento-PB, 3 de abril de 2020.

ROSETANIA FERNANDES LUCIO
Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO

Fórum "Gov. João Agripino Filho", Rua Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento-PB, cep 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

E-mail: sbe-vuni@tjpb.jus.br

NÚMERO DO PROCESSO: 0800278-52.2020.8.15.0881

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / ASSUNTO: [Seguro]

PROMOVENTE: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos.

1. SOBRE A GRATUIDADE JUDICIÁRIA.

À vista da documentação apresentada com a petição inicial, tratando-se de polo ativo com dois menores de idade, cuja genitora e responsável tem a profissão declarada de doméstica e é beneficiária do Programa Bolsa Família do Governo Federal, DEFIRO a gratuidade judiciária.

2. SOBRE A EMENDA DA PETIÇÃO INICIAL

Recebo a emenda à inicial requerida no ID 29641081. Determino, portanto, a retificação do polo ativo da demanda, de forma que constem como autores os menores de idade, incluindo-se a genitora no campo de representante destes.

Entretanto, verifico que a petição inicial deverá sempre ser instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, consoante artigo 320 do CPC. Senão vejamos: “Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação”.

Na hipótese em apreço, contudo, percebo que a parte autora não observou o requisito estampado no sobredito dispositivo, eis que, na ação de cobrança de seguro dpvat, faz-se necessária a juntada da comprovação do indeferimento do requerimento administrativo, o que não foi observado pelos autores.



Assim, na forma do art. 321 do CPC, INTIME-SE mais uma vez a parte autora para, no prazo de 15 dias, emendar a petição inicial, sob pena de indeferimento, para o fim de observar o que está disposto no art. 320 do CPC, isto é, para trazer aos autos documento comprobatório do indeferimento administrativo, bem como de sua razão.

Expedientes necessários.

Cumpra-se, com atenção.

São Bento/PB, data do protocolo eletrônico.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei nº 11.419/2006]

JANETE OLIVEIRA FERREIRA RANGEL

Juíza de Direito em substituição



Em anexo.



AO JUÍZO DA COMARCA DE SÃO BENTO – ESTADO DA PARAÍBA

Processo nº: 0800278-52.2020.8.15.0881

Em resposta ao despacho do respeitado juízo, junto ao processo a negativa da seguradora, que devido ao tempo, a parte autora não tem mais a carta, só que o próprio site fornece a resposta, como pode-se observar o número do sinistro **3180229742**, e o CPF da beneficiária **GRAZIELLE PEREIRA MARQUES, 13330076470**. A data do acesso 18/05/2020.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Bento/PB, 18 de maio de 2020.

MATHEUS DINIZ DANTAS

OAB/PB 26.847



→ ↻ 🏠 🔒 https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx ... 🌟 ⬇ 📄 🖨 🔄 📶

rodução 📧 Caixa de entrada - ma...

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180229742 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA GILVAN SILVA MARQUES
COBERTURA Morte
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO GRAZIELLE PEREIRA MARQUES
CPF/CNPJ: 13330076470

Posição em 18-05-2020 13:12:48
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.

🖥 🔍 🔄 📄 🖨 🔄 📶 POR 13:17 PTE2 18/05/2020



Em anexo.



AO JUÍZO DA COMARCA DE SÃO BENTO – ESTADO DA PARAÍBA

Processo nº: 0800278-52.2020.8.15.0881

Em resposta ao despacho do respeitado juízo, junto ao processo a negativa da seguradora, que devido ao tempo, a parte autora não tem mais a carta, só que o próprio site fornece a resposta, como pode-se observar o número do sinistro **3180229742**, e o CPF da beneficiária **GRAZIELLE PEREIRA MARQUES, 13330076470**. A data do acesso 18/05/2020.

Termos em que,

Pede deferimento.

São Bento/PB, 18 de maio de 2020.

MATHEUS DINIZ DANTAS

OAB/PB 26.847



https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx

Documentos Despesas Médicas
Documentos Invalidez Permanente
Documentos Morte
Dicas Indispensáveis

PAGUE SEGURO

Como Pagar
Consulta a Pagamentos Efetuados

ACOMPANHE O PROCESSO

Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização.

parecer final da Seguradora Líder-DPVAT, administradora do Seguro DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3180229742 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA GILVAN SILVA MARQUES
COBERTURA Morte
PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO SEGURADORA LIDER DPVAT - OPERAÇÃO CORREIOS
BENEFICIÁRIO GRAZIELLE PEREIRA MARQUES
CPF/CNPJ: 13330076470

Posição em 18-05-2020 13:12:48
O pedido de indenização do Seguro DPVAT foi negado, pois não recebemos a documentação complementar que foi solicitada em nossa última correspondência.





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA

VARA ÚNICA DA COMARCA DE SÃO BENTO

Fórum "Gov. João Agripino Filho", Rua Praça Álvaro Dias, 65, Centro, São Bento-PB, cep 58.865-000 Tel.: (83) 3444-1225

E-mail: sbe-vuni@tjpb.jus.br

NÚMERO DO PROCESSO: 0800278-52.2020.8.15.0881

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / ASSUNTO: [Seguro]

PROMOVENTE: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

SENTENÇA

Vistos.

I – RELATÓRIO

Trata-se de ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório de trânsito - DPVAT ajuizada por GRAZIELLE PEREIRA MARQUES e GABRIEL PEREIRA MARQUES, representados por sua genitora, LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA, em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A.

Em sua petição inicial, a parte promovente indicou o número do requerimento administrativo (Sinistro n. 3180229742), sem juntar nos autos qualquer documento comprobatório do requerimento administrativo.

Determinada a intimação da parte para emendar a inicial, trouxe aos autos comprovantes de requerimento administrativo, o qual dá conta do indeferimento do pedido por não ter a parte requerente juntado aos autos do procedimento a documentação complementar requerida pela seguradora.

Os autos vieram conclusos.



É o que importa relatar. Decido.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Inicialmente, cumpre registrar que, segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. No mesmo sentido é a jurisprudência predominante neste Tribunal de Justiça da Paraíba.

Tal como relatado, não há que se falar em negativa de pagamento administrativo ou mesmo demora injustificada em seu atendimento quando a própria parte autora/requerente não apresentou a documentação mínima necessária à análise administrativa de seu pedido, o qual se encontra indeferido em razão da não apresentação da documentação necessária.

Ora, no meu entender, não ficou demonstrada a existência de pretensão resistida, de forma que carece à parte autora o interesse processual.

Registre-se que não é o caso de exigência de esgotamento da via administrativa, mas sim da obrigação de a parte autora demonstrar a negativa ou a demora injustificada na apreciação do pedido administrativo, o que não ocorre quando tal pleito depende apenas de sua própria inatividade.

III – DISPOSITIVO

Ante o exposto, **EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO**, ante a inexistência de interesse processual, com fundamento no art. 485, inciso VI, do CPC/2015.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais (art. 82, CPC), ficando suspenso o pagamento nos termos do artigo 98, §3º, do CPC, ante a gratuidade judiciária que ora defiro para os atos praticados até a presente sentença e os atos nela previstos.

Sentença publicada e registrada eletronicamente.



Intime-se tão somente a parte autora, via advogado.

Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe e sem prejuízo de ulterior desarquivamento a requerimento das partes.

Antes, contudo, defiro eventuais requerimentos de habilitação e intimação exclusivas.

Por último, para fins de registro, retifique-se a autuação da demanda, a fim de se fazer constar os menores no polo ativo da demanda, e não a genitora.

Expedientes necessários.

Cumpra-se, com atenção.

São Bento/PB, data do protocolo eletrônico.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, Lei n. 11.419/2006]

JOSÉ NORMANDO FERNANDES

Juiz de Direito em substituição



Segue em anexo petição de Recurso de Apelação



AO JUÍZO DA COMARCA DE SÃO BENTO - ESTADO DA PARAÍBA.

NÚMERO DO PROCESSO: 0800278-52.2020.8.15.0881

PROMOVENTE: LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA

PROMOVIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

GRAZIELLE PEREIRA MARQUES, portadora da cédula de identidade RG. 4346274 nascida no dia 21 de maio de 2005, inscrita no CPF 133.300.764.274 e **GABRIEL PEREIRA MARQUES**, portador da cédula de identidade RG: 4346277, nascido no dia 12/01/2009, inscrito no CPF 133.300.934-80, ambos menores de idade, absolutamente incapazes, vem representados através de sua genitora **LUCINEIDE PEREIRA DA SILVA**, brasileira, viúva, doméstica, portadora da cédula de identidade RG n. 2.366.760 SSDS/PB e CPF n. 071.502.274-14, residente e domiciliada na Rua Francisca Cavalcante, Loteamento Portal, CEP 58865000, São Bento - PB, vem através de seu Advogado, legalmente habilitado, com endereço profissional na Rua Floriano Peixoto, 235, Centro, CEP 58700-235, Patos-PB, que a esta subscreve, interpor:

RECURSO DE APELAÇÃO

Em face da decisão que extinguiu o processo sem resolução do mérito, a ação de cobrança de seguro DPVAT, ajuizada em face da seguradora líder, já devidamente qualificada nos autos.

Requer, desde já o seu recebimento no efeito suspensivo, com a imediata intimação do recorrido para, querendo, oferecer as contrarrazões e, ato contínuo, sejam os autos, com as razões anexas, remetidos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para os fins aqui aduzidos.

Termos em que,

Aguarda deferimento.

São Bento-PB, 27 de outubro de 2020.

Dr. Ramon Henrique B. Araújo

OAB/PB nº 26.859

Dr. Matheus Diniz Dantas

OAB/PB nº 26.847

Av. Floriano Peixoto, nº 235 - Centro - Patos - PB - CEP: 58.700-235 - Fone: (83) 3421-2049



RAZÕES RECURSAIS

Apelante: GRAZIELLE PEREIRA MARQUES

Apelado: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

NÚMERO DO PROCESSO DE ORIGEM: 0800278-52.2020.8.15.0881. Vara única da Comarca de São Bento-PB.

**Egrégio Tribunal,
Colenda Câmara,
Eméritos Desembargadores.**

I- Da tempestividade:

Nos termos dos artigos 219 e 1.003, §5º do CPC, o prazo para interpor o presente recurso é de 15 dias úteis, sendo excluído o dia do começo e incluindo o dia do vencimento nos termos do art. 224, do CPC/15.

Dessa forma, considerando que o advogado da parte tomou ciência da decisão dia 05/10/2020, o prazo para manifestação é até o dia 27/10/2020, como informa o sistema PJe.

II- Do preparo recursal

A parte autora é beneficiária da justiça gratuita, requerendo novamente o pedido, nos termos da lei, que garante o acesso à justiça aos mais carentes.

III- Breve síntese da decisão recorrida

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, pleiteando a indenização por morte. Após o trâmite regular, a ação obteve a seguinte decisão:

Em sua petição inicial, a parte promovente indicou o número do requerimento administrativo (Sinistro n. 3180229742), sem juntar nos autos qualquer documento comprobatório do requerimento administrativo.

Determinada a intimação da parte para emendar a inicial, trouxe aos autos comprovantes de requerimento administrativo, o qual dá conta do indeferimento do pedido por não ter a parte requerente juntado aos autos do



procedimento a documentação complementar requerida pela seguradora.

Inicialmente, cumpre registrar que, segundo o atual entendimento do Supremo Tribunal Federal, em ações de cobrança do seguro DPVAT, deve o autor justificar a provocação do Poder Judiciário, demonstrando a existência de pretensão resistida, esta consubstanciada na prova do prévio requerimento administrativo. No mesmo sentido é a jurisprudência predominante neste Tribunal de Justiça da Paraíba.

Tal como relatado, não há que se falar em negativa de pagamento administrativo ou mesmo demora injustificada em seu atendimento quando a própria parte autora/requerente não apresentou a documentação mínima necessária à análise administrativa de seu pedido, o qual se encontra indeferido em razão da não apresentação da documentação necessária.

Ora, no meu entender, não ficou demonstrada a existência de pretensão resistida, de forma que carece à parte autora o interesse processual.

Registre-se que não é o caso de exigência de exaurimento da via administrativa, mas sim da obrigação de a parte autora demonstrar a negativa ou a demora injustificada na apreciação do pedido administrativo, o que não ocorre quando tal pleito depende apenas de sua própria inatividade.

Ocorre que, sendo decisão definitiva, é cabível o recurso de apelação.

I- Do mérito da ação

O seguro obrigatório DPVAT é uma garantia às vítimas de acidente de trânsito ou os seus beneficiários legais. Assim, os veículos no momento do licenciamento anual, ficam obrigados a recolher o valor do seguro obrigatório de responsabilidade civil, sendo esta uma condição para que os veículos possam trafegar. As indenizações do seguro DPVAT estão atreladas aos valores estabelecidos pelo art. 8º, da Lei n. 11.482/07, que alterou o art. 3º, da Lei n.6.194/74:

R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos

reais) – no caso de morte;



II) Até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos

reais) – no caso de invalidez permanente;

III) Até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos

reais) – como reembolso à vítima – no caso

de despesas de assistência médica e

suplementares devidamente comprovadas.

No caso em tela houve a morte da vítima, conforme a certidão de óbito, sendo vítima fatal. Sobre a culpa no acidente, a lei dispõe:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Ainda se referindo a Lei n. 8.441/92, o seu art. 7º determina que o pagamento do DPVAT possa ser efetuado junto a qualquer uma das seguradoras que façam parte do consórcio das seguradoras, coordenadas pela FENASEG. A violação ao direito do requerente, no caso em tela, é evidente, tendo por consequência o ato ilícito a ser reparado, segundo luz do art. 186, do Código Civil pátrio. O instituto da responsabilidade civil é parte integrante do direito obrigacional, pois a principal consequência da prática de um ato ilícito é a obrigação que acarreta o dever de reparar o dano causado, sendo este de natureza pessoal, que se resolve em perdas e danos.

Ou seja, diante do fato, como já destacado anteriormente, o recorrente tem direito ao recebimento da indenização, já que foi negado pela seguradora por falta de documentos, prática comum da seguradora, exigir documentação além da que foi enviada. Houve o exaurimento da via administrativa, mas ainda, que não houvesse o exaurimento, vejamos o que diz a jurisprudência:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. SEGURO DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. RECURSO ADESIVO. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. DESCABIMENTO. Trata-se, como visto no sumário relatório, de ação de cobrança, relativa à indenização do seguro obrigatório previsto na Lei nº 6.194/74 (DPVAT), convertida na Lei nº 11.945/2009, julgada parcialmente procedente na origem. A ausência de envio de solicitação extrajudicial não justifica a extinção da demanda, haja vista a desnecessidade do esgotamento da via administrativa, de acordo com a exegese do artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Ademais, o requerimento administrativo encaminhado à seguradora ré é



considerado válido para comprovar a pretensão resistida no âmbito administrativo. A verba honorária deve ser fixada levando em conta os pressupostos elencados no artigo 85, § 2º do CPC/15, ou seja, o grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa. Manutenção do quantum fixado a título de honorários advocatícios, pois atingido os pressupostos básicos referidos alhures. APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO DESPROVIDOS. (Apelação Cível Nº 70079777371, Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Julgado em 13/12/2018).

(TI-RS - AC: 70079777371 RS, Relator: Nilton Carpes da Silva, Data de Julgamento: 13/12/2018, Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 18/12/2018).

RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE SEGURO OBRIGATÓRIO. SEGURO DPVAT. DESNECESSIDADE DE ESGOTAMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. AFRONTA AO ARTIGO 5º, XXXV DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. INÍCIO DA FASE DE EXECUÇÃO COM A REGULAR INTIMAÇÃO DO DEVEDOR. INTELIGÊNCIA DO ART. 523 DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. . Recurso desprovido (TJPR - 2ª Turma Recursal - 0018782-58.2015.8.16.0018 - Maringá - Rel.: Juiz Marcelo de Resende Castanho - J. 17.07.2017)

(TJ-PR - RI: 00187825820158160018 PR 0018782-58.2015.8.16.0018 (Acórdão), Relator: Juiz Marcelo de Resende Castanho, Data de Julgamento: 17/07/2017, 2ª Turma Recursal, Data de Publicação: 17/07/2017)

No presente caso, a parte ré não chegou a oferecer contestação. Portanto, fica perfeitamente demonstrado o direito da recorrente, razão pela qual merece provimento o presente recurso.

IV- Princípio da primazia da resolução do mérito

Cumprе ressaltar que o Código de Processo Civil de 2015, em observância ao postulado da segurança jurídica e ao imperativo da efetividade da prestação jurisdicional, vem a priorizar o julgamento de mérito do feito, em detrimento da extinção simplesmente terminativa da questão controvertida posta pelos jurisdicionados. Assim, indicam os artigos 4º e 6º do referido diploma legal: “Art. 4º As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluída a atividade satisfativa” e “Art. 6º Todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.”

Uma das grandes novidades trazidas pela Lei 13105/2015 – Código de Processo Civil – foi o reconhecimento e a inserção do denominado Princípio da Primazia de Julgamento de Mérito.[2]Tal



princípio deve servir de norte para todo o sistema processual brasileiro.[3] Desta maneira, “há de se considerar que o Código de Processo Civil de 2015 consagra, como uma de suas normas fundamentais, o princípio da primazia da decisão de mérito, a exigir do Poder Judiciário que dispense todos os esforços possíveis para que o mérito de uma dada postulação seja apreciado. A própria consagração do efeito regressivo do recurso de apelação nos casos em que o processo é extinto sem resolução do mérito é manifestação desse princípio”.[4]

Conforme preleciona Fredie Didier, o Código de Processo Civil “consagra o princípio da primazia da decisão de mérito. De acordo com esse princípio, deve o órgão julgador priorizar a decisão de mérito, tê-la como objetivo e fazer o possível para que ocorra. A demanda deve ser julgada seja ela a demanda principal (veiculada pela petição inicial), seja um recurso, seja uma demanda incidental”.[5]

Como é ensinado nos manuais de estudo da ciência processual, o processo é uma forma de participação democrática na vida social e também manifestação da própria cidadania e, por isso, deve ter regras claras, seguras e simples. O processo não pode se transformar numa armadilha para o jurisdicionado, uma vez que tal proceder iria contra a própria função social que a jurisdição exerce. Não pode ser olvidado que processo é Poder, Função e Atividade. Há nisso o que o Supremo Tribunal Federal denominou de “primazia da simplificação do processo judicial”.[7]

Diante deste princípio tão importante, é preciso que o poder judiciário busque resolver de fato às controvérsias da sociedade, e não apenas acumular números de sentenças sem gerar uma satisfação nos jurisdicionados, a decisão precisa ser reformada.

V- Dos pedidos:

- a) O recebimento do presente recurso para reformar a decisão do juízo de primeiro grau, para que o processo tenha continuidade;**
- b) Seja deferido o novo pedido de justiça gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do novo CPC;**
- c) A intimação do recorrido, para se manifestar, querendo, nos termos do art. 1010, §1º, do CPC;**
- d) A total procedência do pedido para reformar a decisão recorrida, para que o processo tenha seu curso e não seja extinto sem resolução de mérito;**
- e) Informar que a parte deixou de recolher o preparo, por ser beneficiária da justiça gratuita;**
- f) A condenação do recorrido ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios de sucumbência.**

Termos em que,

Aguarda deferimento.

São Bento-PB, 27 de outubro de 2020.



Dr. Ramon Henrique B. Araújo

OAB/PB nº 26.859

Dr. Matheus Diniz Dantas

OAB/PB nº 26.847



Av. Floriano Peixoto, nº 235 - Centro - Patos - PB - CEP: 58.700-235 - Fone: (83) 3421-2049

